

	<b>Estado de Mato Grosso</b> Assembleia Legislativa	
<b>Despacho</b>	NP: zthaixq6 <b>SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS</b> 15/03/2023 Projeto de lei complementar nº 30/2023 Protocolo nº 2293/2023 Processo nº 1292/2023	
<b>Autor:</b> Dep. Janaina Riva <b>Coautor(es):</b> Dep. Elizeu Nascimento		

**ACRESCENTA DISPOSITIVO NA LEI  
COMPLEMENTAR Nº 746, DE 25 DE AGOSTO  
DE 2022 - DO 26.08.22.**

A **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista o que dispõe o Art. 45 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei complementar:

**Art. 1º** Acrescenta o Art. 4º-A a Lei Complementar nº 746/2022, com a seguinte redação:

"Art. 4º-A O valor adicionado fiscal, em se tratando de usina hidrelétrica, será atribuído ao Município-sede ou aos Municípios-sede.

§1º Municípios-sede, nos termos do caput, são aqueles cujas margens a barragem é construída e possuem áreas inundadas, independentemente da localização da casa de força, estação elevatória e vertedouro.

§2º Se a barragem está situada em dois ou mais Municípios do Estado, o valor adicionado fiscal será dividido igualmente entre eles.

**Art. 2º** Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei Complementar busca estabelecer orientação mais equânime para a atribuição do valor adicionado relativo à produção das usinas hidrelétricas, ao determinar a barragem como critério fixador do Município-sede. Ao longo dos anos, os Municípios vêm pleiteando junto aos Tribunais critérios mais justos de repartição da receita do ICMS, levando-se em conta a produção de energia elétrica, uma vez que a Lei Complementar nº 746/2022, não tratou sobre o tema.

Uma usina hidrelétrica é um complexo arquitetônico, um conjunto de obras e equipamentos, que tem por finalidade produzir energia elétrica por meio do aproveitamento do potencial hidráulico existente em um rio. De forma arbitrária, a jurisprudência elegeu a localização da casa de força, ou casa de máquinas, onde estão

	<b>Estado de Mato Grosso</b> Assembleia Legislativa	
---	--	---

os geradores, como critério para determinar a sede da usina. Assim, os Municípios, onde estão situados o vertedouro, a estação elevatória, a barragem, ou seja, o complexo arquitetônico da usina, imprescindível para a geração de energia, são excluídos da repartição do ICMS.

O objetivo do Projeto de Lei Complementar é regular a matéria, a fim de que a sede da usina hidrelétrica seja efetivamente o Município, ou Municípios, onde sua estrutura física, arquitetônica esteja localizada. Se cada parte da usina hidrelétrica concorre, a seu modo, para a produção de energia, não é correto que apenas o Município, em que esteja localizada a casa de força, seja beneficiado na repartição do tributo estadual. A barragem é justamente o elemento arquitetônico que congrega todas as partes de uma usina hidrelétrica e, portanto, merece ser o referencial legal para determinação da sede.

Vale ressaltar que esses municípios muitas vezes sofrem com a perda de terras e recursos naturais devido à construção e operação de hidrelétricas. Além disso, os municípios que são afetados por essas barragens frequentemente não recebem uma compensação adequada pelo uso de seus recursos naturais.

Com a igualação do valor adicionado do ICMS, os municípios que possuem áreas inundadas por hidrelétricas podem receber uma compensação justa pelo uso de seus recursos naturais, o que ajudaria a diminuir os impactos negativos das hidrelétricas nessas áreas, além de proporcionar uma fonte de renda adicional para os municípios.

Além disso, a igualação do valor adicionado do ICMS também poderia incentivar a construção de hidrelétricas em áreas que são menos impactadas, o que poderia ajudar a preservar os recursos naturais e a biodiversidade das áreas inundadas. Isso seria benéfico para as comunidades locais e para o meio ambiente em geral.

Em resumo, o presente projeto Lei Complementar visa igualar o valor adicionado do ICMS aos municípios que possuem áreas inundadas por hidrelétricas com objetivo de desfazer uma injustiça com os municípios que não possuem casa de máquina, mas são afetados pelas áreas inundadas, ajudando a proporcionar uma compensação justa pelo uso de recursos naturais e incentivar a construção de hidrelétricas em áreas menos impactadas.

Edifício Dante Martins de Oliveira  
Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 15 de Março de 2023

**Janaina Riva**  
Deputada Estadual

**Elizeu Nascimento**  
Deputado Estadual